



**JUSTIÇA FEDERAL**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

PROCESSO: 1011155-68.2017.4.01.3800 PROCESSO REFERÊNCIA: 1011155-68.2017.4.01.3800  
CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198)  
POLO ATIVO: WILLY FONSECA TEMPEL  
REPRESENTANTE(S) POLO ATIVO: JOAO RODOLPHO DE ARAUJO MATTOS - SC33026-A  
POLO PASSIVO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
RELATOR(A): CESAR CINTRA JATAHY FONSECA



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**  
**GAB. 05 - DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY**  
**Processo Judicial Eletrônico**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

**PROCESSO: 1011155-68.2017.4.01.3800 PROCESSO REFERÊNCIA: 1011155-68.2017.4.01.3800**  
**CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198)**

**R E L A T Ó R I O**

**O EXMO. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY (RELATOR):**

Cuida-se de embargos declaratórios opostos pela parte autora contra acórdão que negou provimento à apelação por ela interposta, mantendo a sentença de improcedência do pedido para readequação do seu benefício com base nos novos tetos fixados pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/2003.

A embargante sustenta que o acórdão deve ser reformado pois não foi observada a limitação ao menor valor teto, prequestionando a matéria.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.



---

**VOTO - VENCEDOR**

**PODER JUDICIÁRIO**  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
GAB. 05 - DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY  
Processo Judicial Eletrônico

---

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

**PROCESSO: 1011155-68.2017.4.01.3800 PROCESSO REFERÊNCIA: 1011155-68.2017.4.01.3800**  
**CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198)**

---

**VOTO****O EXMO. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY (RELATOR):**

Recebo os embargos, porque tempestivos.

Nos embargos de declaração, exige-se a demonstração de erro material, omissão do acórdão embargado na apreciação da matéria impugnada, de contradição entre os fundamentos e a parte dispositiva do julgado ou de necessidade de esclarecimento para sanar obscuridade, sendo que a mera alegação de prequestionamento, por si só, não viabiliza o cabimento dos embargos declaratórios (já que indispensável a demonstração da ocorrência das hipóteses legais previstas no art. 1.022 do CPC/2015 para o recurso).

Os presentes embargos não merecem acolhimento.

Com efeito, a motivação explicitada no acórdão embargado, com a sua conclusão, rechaça, por sua clareza, a pretensão apresentada pela recorrente nas suas razões de apelação, como também ela não demonstrou qualquer vício no julgado.

Incabível, na via dos embargos de declaração, a rediscussão de matéria já decidida com o escopo de que prevaleça tese defendida pelo embargante.

*In casu*, inconformado com o julgamento, o embargante opôs o presente recurso com efeitos infringentes. Eventual insurgência das partes deverá ser manifestada através de recurso próprio.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração opostos pela apelante.**

É o voto.



---

**DEMAIS VOTOS**

---



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**  
**GAB. 05 - DESEMBARGADOR FEDERAL CÉSAR JATAHY**  
**Processo Judicial Eletrônico**

---

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

**PROCESSO: 1011155-68.2017.4.01.3800    PROCESSO REFERÊNCIA: 1011155-68.2017.4.01.3800**  
**CLASSE: APELAÇÃO CÍVEL (198)**

APELANTE: WILLY FONSECA TEMPEL

Advogado do(a) APELANTE: JOAO RODOLPHO DE ARAUJO MATTOS - SC33026-A

APELADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMBARGANTE: WILLY FONSECA TEMPEL

---

**E M E N T A**

PROCESSUAL CIVIL. REVISÃO DO VALOR DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. TETO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/98 E 41/03. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. OMISSÃO. VÍCIO INEXISTENTE. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. EFEITO INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Nos embargos de declaração, exige-se a demonstração de erro material, omissão do acórdão embargado na apreciação da matéria impugnada, de contradição entre os fundamentos e a parte



dispositiva do julgado ou de necessidade de esclarecimento para sanar obscuridade, sendo que a mera alegação de prequestionamento, por si só, não viabiliza o cabimento dos embargos declaratórios (já que indispensável a demonstração da ocorrência das hipóteses legais previstas no art. 1.022 do CPC/2015 para o recurso).

2. Perseguição da reforma do julgado, mediante embargos de declaração, por mero inconformismo. Efeitos infringentes. Os embargos não constituem via adequada para a pretensão deduzida.

3. Não há espaço na via eleita dos embargos de declaração para a rediscussão de matéria já decidida. Eventual insurgência das partes deverá ser manifestada através de recurso próprio.

4. Embargos de declaração opostos pela apelante rejeitados.

### **A C Ó R D ã O**

Decide a Turma rejeitar os embargos de declaração, à unanimidade, nos termos do voto do Relator.

2ª Turma do TRF/1ª Região - Brasília(DF), 9 de março de 2022.

**Desembargador Federal CÉSAR JATAHY**

Relator

KE/N

Assinado eletronicamente por: CESAR CINTRA JATAHY FONSECA - 22/03/2022 17:50:33

